

O ativismo do *Greenpeace* e a ampliação da esfera pública¹

Maria Ivete Trevisan Fossá²

Rafaela Caetano Pinto³

Resumo: Esta pesquisa analisa o papel do *Greenpeace* como produtor social e como suas ações ativistas buscam sustentar o debate sobre o meio ambiente na esfera pública. O *corpus* de pesquisa foi composto pelas notícias referentes às ações ativistas relacionadas aos escopos de trabalho do *Greenpeace* realizados no Brasil, de janeiro a abril do ano de 2011. As notícias escolhidas foram aquelas veiculadas nos três jornais de maior circulação no Brasil e no *site* institucional do *Greenpeace*. A metodologia foi a análise de conteúdo de BARDIN (1977) que permitiu discutir de que forma as ações ativistas realizadas pelo *Greenpeace*, ao serem veiculadas nos meios de comunicação, ampliam e sustentam o debate sobre meio ambiente na esfera pública.
Palavras-chave: esfera pública; movimentos sociais; *Greenpeace*

Abstract: This research examines the role of Greenpeace as a social producer and how its activist actions seek to sustain the debate about the environment in the public sphere. The research corpus was composed by news about activist actions related to the scopes of Greenpeace work in Brazil, from January to April of 2011. The chosen news was those that were reported in the three major newspapers in Brazil and in the institutional site of Greenpeace. The methodology was based on the content analysis by BARDIN (1977), which allows the discussion about how the actions taken by Greenpeace activists, when reported in the media, enhance and sustain the debate on the environment in the public sphere.

Keywords: public sphere; social movements; Greenpeace

A esfera pública, problematizada primeiramente pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (2003b), surgiu como uma função política fomentada pelos

¹ Apresentado nas Primeras Jornadas Internacionales: Sociedad, Estado y Universidad, Mar Del Plata, Argentina, 30 de novembro a 2 de dezembro de 2011.

² Professora (PPGs em Comunicação e em Administração / UFSM) Doutora em Administração (UFRGS). Email: fossa@terra.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0718561583412717>

³ Mestranda (PPG em Comunicação Midiática / UFSM). Email: rafarpufsm@yahoo.com.br.

interesses da classe burguesa, bem como pelos debates que ocorriam nos cafés europeus em decorrência deste cenário de interesse de classe. Os debates ocorriam em ambientes físicos e eram privados, abertos apenas para as pessoas habilitadas a deliberar sobre assuntos relevantes à sociedade, sendo que estes eram pautados segundo o que era veiculado nos jornais artesanais da época.

Dessa forma, a imprensa possuía um importante papel social, no momento em que as suas matérias de cunho politizante fomentavam a discussão na esfera pública. Isso até a transformação de suas características com a Indústria Cultural, que convertia os conteúdos informativos em produtos massivos. Neste aspecto, Habermas (2003b) aponta para a mudança na função política da imprensa para uma imprensa aclamadora, com características de comercialização.

Assim, o autor repensa a influência dos meios de comunicação de massa e os condena à dissolução da esfera pública. Habermas (2003b) afirma que a imprensa, constituída pelos preceitos da Indústria Cultural, desfaz a opinião pública e, ao mesmo tempo, impede a constituição de uma esfera pública propriamente dita. Habermas (2003b), influenciado pela Escola de Frankfurt, não percebe a nova forma de mediação permitida pelos meios de comunicação e, assim, subestima a importância social deles.

A esfera pública, ao longo do tempo, sofreu modificações em seu conceito, bem como em sua estrutura. Esta temática foi repensada por outros autores, já que o contexto no qual Habermas desenvolveu o seu pensamento passou por diversas transformações políticas, sociais, tecnológicas, entre outras. Autores como Thompson (1998) entendem a importância dos meios de comunicação na constituição da esfera pública e consideram a mediação proporcionada por eles inerente à formação desta esfera.

Além disso, hoje, a esfera pública não se caracteriza como um espaço físico no qual pessoas com o poder de fala reúnem-se em um espaço delimitado a fim de debater assuntos pertinentes à sociedade. Ao contrário, o seu espaço é difuso e multifacetado, em que as pessoas, mesmo não estando no mesmo ambiente, discutem sobre assuntos que estão em pauta.

A desterritorialização da esfera pública pode ser compreendida através do uso dos meios de comunicação e, mais recentemente, da internet, a qual possibilita que as pessoas debatam temáticas de interesse coletivo, problematizem-nas sem a necessidade de contiguidade espacial. Assim, a constituição dos debates, na esfera pública, encontra, na internet, um meio de alargamento desta esfera, ao passo que torna acessível o debate a um número maior de pessoas.

A esfera pública, além de ser ampliada pelos meios de comunicação, também é estendida pelos movimentos sociais que, para Simeone (2004), se caracterizam como ações com objetivos de mudança dos problemas sociais. Segundo Quevedo (2007), os movimentos sociais criam novos espaços para a discussão de assuntos que tangenciam a sociedade.

Assim, além das mudanças tecnológicas que favoreceram a ampliação da esfera pública, podemos afirmar que os movimentos sociais também têm papel semelhante nesse processo, no que diz respeito à sustentação de debates sobre determinados temas relevantes à sociedade civil. Os movimentos sociais representam a voz de minorias (SODRÉ, 2005) que não têm poder para chegar aos grandes meios de massa para pautar os seus interesses. Desse modo, os movimentos sociais mobilizam os seus integrantes a fim de discutir e definir ações para que consigam ampliar o espaço de debate e obter soluções para os problemas que enfrentam.

Os movimentos sociais são expressões de minorias que, embora representem quantitativamente inexpressividade, qualitativamente interferem no processo democrático, pois dão voz ativa aos atores sociais, fazendo com que influenciem os centros de poder, conforme afirma Sodré (2005). Ademais, estes movimentos têm o intuito de mobilizar as pessoas para enfrentar os problemas que permeiam a sociedade. A mobilização social, conforme Toro e Werneck (2004), evidencia-se na convocação de vontades na busca de objetivos comuns que implicam em soluções visadas pelo grupo. Ao buscarem mobilizar os indivíduos para a causa pela qual defendem, os movimentos sociais trabalham, por meio do ativismo, para envolvê-los e engajá-los na discussão da

problemática. Além disso, o ativismo, conforme Henriques (2007), dá visibilidade aos movimentos sociais.

A partir de uma análise dos movimentos sociais com maior expressão na esfera pública, podemos perceber que o *Greenpeace*, em sua condição de produtor social (TORO e WERNECK, 2004), possui relevância na sociedade atual, pois além de ser um movimento legitimado, discute uma temática importante que preocupa a sociedade em geral, a degradação ambiental. O *Greenpeace* foi criado em 1971, no Canadá. Hoje, desenvolve os seus escopos de trabalho em 43 países. No Brasil, a organização atua desde 1990, buscando soluções para as temáticas: Amazônia, Clima e Energia Renovável, Nuclear, Oceanos e Transgênicos. O *Greenpeace* ganha visibilidade nos meios de comunicação por suas ações ativistas, as quais buscam, estrategicamente, chamar a atenção da sociedade para as agressões ao meio ambiente que estão causando o desequilíbrio ecológico mundial.

Através de tudo o que foi exposto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar como as estratégias ativistas do *Greenpeace* colaboram na ampliação e na sustentação do debate, na esfera pública, sobre o meio ambiente.

Esfera pública: alguns apontamentos teóricos

A noção de esfera pública, primeiramente, foi abordada pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, ainda nos anos 60, do século XX, quando ele publicou *Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. O nome de Habermas está associado à Escola de Frankfurt do pensamento social. Os integrantes da Escola de Frankfurt foram inspirados pela obra de Karl Marx, no entanto, diferentemente deste, deram atenção à influência da cultura de massa na sociedade capitalista moderna.

Os frankfurtianos afirmavam que a difusão da indústria da cultura, com seus produtos homogeneizados, enfraquecia a capacidade dos indivíduos desenvolverem um pensamento crítico e independente. Habermas (2003b) analisa o avanço da mídia desde o início do século XVIII até os dias de hoje,

traçando o surgimento e a queda da esfera pública, denominada, por Habermas, como sendo uma arena de debates públicos, na qual é possível discutir temas de interesse geral e formar opiniões.

A esfera pública desenvolveu-se nos salões e nos cafés de Londres, de Paris e de outras cidades europeias. As pessoas reuniam-se para discutirem as questões do momento e as notícias que surgiam nos folhetos de notícias e nos jornais que recém apareciam. Habermas (2003b) defende que os cafés e os salões foram importantes na primeira fase da evolução da democracia. Mesmo contando com um número restrito de pessoas, os salões introduziram a ideia de resolução de problemas políticos através da discussão pública. Assim, a esfera pública, no seu nascedouro, envolve a reunião de indivíduos em situação de igualdade em um fórum para debate público.

O debate público e democrático como promessa assumida, nesta primeira fase da evolução da esfera pública, não se concretizou totalmente na concepção de Habermas (2003b), pois foi sufocado pelo avanço da indústria da cultura que transformou a esfera pública em uma fraude. As opiniões defendidas pelos membros do público nos assuntos atuais deixam de ser formadas por meio de discussão racional aberta e passam a ocorrer através da manipulação e do controle, como no caso da publicidade.

Dos anos 60 aos atuais, muitas críticas foram dirigidas à obra de Habermas, contribuindo, inclusive, para as reformulações teóricas que Habermas (2003) apresenta sobre esfera pública em *Direito e Democracia*, cujos fundamentos estruturam os pilares da democracia moderna e de um modelo específico de democracia, o deliberativo.

Sem a pretensão de discorrer sobre os modelos de democracia, faz-se necessário destacar que o modelo discursivo de democracia, que Habermas propõe, não compreende ser função do Estado “garantir um bem comum apolítico, através das expectativas de felicidade de pessoas privadas em condições de produzir” (HABERMAS, 2003, p.20-21), mas que a formação da vontade política ocorra por meio da comunicação e do debate público. Habermas concede um lugar central ao processo político de formação da

opinião e da vontade comum. Este modelo de democracia deliberativa, não depende de uma cidadania participativa e coletivamente integrada (como a prevista na democracia participativa), mas da institucionalização dos processos e dos pressupostos comunicacionais que acontecem nas diversas esferas de sociabilidade (públicas e privadas), assim como de opiniões públicas que se formam de modo informal (HABERMAS, 2003, p. 21).

Habermas, juntamente com outros teóricos da democracia deliberativa, abandona o modelo liberal de comunicação e de opinião pública. Para o modelo deliberativo, a opinião pública assume duas características fundamentais: “a) considerada materialmente é um conjunto de posições e disposições, um conjunto de teses [...], b) definida pela sua origem, é um conjunto de concepções resultante do tirocínio de um público apto a julgar” (GOMES, 2008, p. 41).

Tomamos a noção de esfera pública como conceito central neste trabalho, por entendermos que a esfera pública é a responsável por realizar a intermediação entre a sociedade política e a civil de modo que esta última faça-se valer como “um parceiro de discussão oficialmente qualificado” (HABERMAS, 2003b, p. 85) em relação à sociedade política.

Gomes (2008c) afirma que a esfera pública possui duas instâncias, a esfera de visibilidade pública e a esfera de discussão pública. A primeira é a esfera da informação e do conhecimento, em que há a exposição para a formação da argumentação, característica da segunda esfera, a esfera de discussão pública, que é importante para o modelo democrático já que é formada a partir da exposição de informações juntamente com a discussão pública. Por isso, entendemos os meios de comunicação como atores fundamentais na formação e na ampliação da esfera pública já que são eles que fazem circular as informações para que, posteriormente, a discussão seja realizada pela sociedade civil.

A comunicação torna-se um aspecto fundamental para o desenvolvimento da esfera pública e, dessa forma, não pode ser reduzida aos seus aspectos técnicos e funcionais, embora também importantes neste contexto. Mas a comunicação vai além da sua funcionalidade e se estabelece

como uma estratégia dos discursos sociais. Rodrigues (1990) condena as visões tecnicistas sobre a comunicação e entende a complexidade deste processo no que concerne aos seus discursos e aos seus atores envolvidos, demonstrando, para ele, de que forma o processo comunicacional é estratégico.

Outro estudioso fundamental para entendermos a importância dos meios de comunicação na sociedade é Thompson (1998). Este sociólogo percebe como a mídia insere-se na vida da sociedade moderna e de que forma modifica este contexto através da sua mediação. Ele, assim como Rodrigues (1990), não vê os meios de comunicação somente sob os seus aspectos tecnicistas e funcionais, mas acredita que eles possuem lógicas estratégicas.

De uma forma geral, buscamos compreender o conceito de esfera pública e a sua relevância no contexto sócio-político atual. Da mesma forma, o papel dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, da internet na mediação entre os campos sociais através da circulação de informações para endossar o debate na arena pública deliberativa. Mas não podemos deixar de fazer referência a atores importantes nesse cenário, os movimentos sociais. Como lembrou Thompson (1998), estes atores foram excluídos da discussão da esfera pública política, mas o seu papel social tão relevante fez com que o seu lugar fosse revisto (HABERMAS, 2003). Por isso, a seguir, procuramos entender de que forma a atuação dos movimentos sociais amplia a discussão na esfera pública.

Os movimentos sociais e sua contribuição à sociedade

Podemos entender os movimentos sociais como ações coletivas voltadas para objetivos sociais (GOHN, 2003). Ainda segundo a autora, os movimentos atuam como “forças sociais organizadas” (2003, p. 13) que mobilizam os indivíduos, de forma que “energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas [...]” (GOHN, 2003, p. 14). Isso faz com que, de acordo com os objetivos e os valores do movimento, os indivíduos sejam reunidos com o intuito de maximizar soluções em prol da melhoria da vida social.

Para Alvarez *et al* (2000) *apud* Quevedo (2007, p. 30), os movimentos sociais “criaram espaços públicos plurais, informais e descontínuos, onde pode ocorrer o reconhecimento dos outros como portadores de direito”. Assim, podemos asseverar que estes movimentos desconfiguram a ideia inicial de esfera pública (HABERMAS, 2003b) em que este espaço era restrito a determinadas pessoas e delimitado como um lugar em seu sentido físico. A esfera pública delineia-se, atualmente, como um espaço de discussão aberto com direito de voz a todos.

Os movimentos sociais caracterizam-se como expressões das minorias. Estas representam qualitativamente o poder daqueles que lutam contra as hegemonias, conforme Sodré (2005). Para Barbalho (2005), as minorias exigem do Estado o reconhecimento de suas singularidades. Sob tal perspectiva, podemos entender que as minorias lutam para que a sua causa seja entendida e tomada pelos poderes hegemônicos a fim de que os seus problemas tenham olhares atentos para sua soluço. A ideia de Barbalho (2005) pode ser aproximada   de Sodré (2005) quando ele menciona que as minorias buscam o poder de fala e, assim, podemos inferir que, dessa forma, almejam o reconhecimento do Estado. Para tanto, faz-se necessário que as minorias sejam visíveis para dar voz às suas reivindica es e, por isso, buscam os meios de comunica o. Sodré (2005), contudo, adverte que os meios de comunica o podem silenciá-las.

Autores como Moraes (2001) e Downing (2002) afirmam que o silenciamento ocorre devido aos filtros editoriais de ordem econ mica e ideológica que os meios de comunica o possuem. Assim, a entrada das pautas dos movimentos sociais tem difícil acesso a tais meios e, quando isso acontece, podem ocorrer distor es dos seus discursos. Entretanto, Paiva (2005) argumenta que, ainda assim, os meios de comunica o são importantes no que tange   visibilidade das minorias. Desse modo, estes atores sociais buscam pressionar os centros decisórios do poder político ao expor as suas reivindica es (HABERMAS, 2003).

A mobilização social também é um processo que envolve os movimentos sociais, já que eles necessitam convocar os indivíduos para desenvolver as suas ações. De acordo com Henriques (2004), a comunicação torna-se essencial nesse sentido, visto que ela envolve em um processo relacional os indivíduos e os movimentos sociais.

Na concepção de Toro e Werneck (2004), a mobilização perpassa dois momentos. O primeiro seria despertar a sociedade para uma consciência de transformação social, enquanto o segundo momento seria transformar essa consciência em ação. A veiculação de informações é importante neste sentido, pois alerta a sociedade para os problemas que a circundam. A partir daí, a decisão é individual e isso dependerá dos seus valores de fatalismo ou de responsabilidade social.

Os movimentos sociais, segundo Quevedo (2007), fazem com que os assuntos relevantes à sociedade sejam discutidos na esfera pública ao criar espaços plurais de discussão. Para isso, eles precisam engendrar estratégias que pautem os meios de comunicação de massa. E, aqui, consideramos o ativismo. Para Henriques (2007), o ativismo vem ao encontro de duas premissas dos movimentos sociais, a mobilização social e a sua visibilidade. Assim, ao mesmo tempo em que os movimentos dão visibilidade aos seus objetivos nos meios de comunicação, conseguem movimentar mais pessoas na busca do seu imaginário convocante (TORO e WERNECK, 2004).

A visibilidade é uma premissa fundamental para que os movimentos sociais possam dar notoriedade às suas causas. Para tanto, os movimentos buscam diferentes estratégias com este intuito. Podemos entender, dessa forma, que o ativismo caracteriza-se como uma delas. No momento em que os movimentos sociais desenvolvem ações, baseadas em seus objetivos, podem pautar a mídia com as suas reivindicações, o que se faz conveniente também para o processo de mobilização social, haja vista que, ao estar visível na mídia, tais movimentos conseguem mobilizar um número maior de adeptos, bem como despertar o sentimento de coletivização daqueles indivíduos que já participam do movimento.

Metodologia

A mobilização social desenrola-se ao assumir um problema como o seu imaginário passível de melhoria conforme a aceitação e o envolvimento dos indivíduos que, tomados pela co-responsabilidade de ajudar, realizam ações que vão ao encontro dos objetivos do grupo. Diante da gama de problemas enfrentados pela sociedade, a degradação ambiental configura-se como um deles.

Segundo Toro e Werneck (2004), o processo de mobilização social precisa ser iniciado pelo produtor social que proporciona legitimidade e condições financeiras, técnicas e institucionais para que o movimento social alcance os seus objetivos.

O *Greenpeace*, em sua condição de movimento social mundialmente reconhecido e de produtor social, busca, por meio de suas ações ativistas, chamar a atenção para os problemas ambientais causados pela ação do homem e das indústrias. Dessa forma, ele põe em discussão, na esfera pública, o rumo do planeta através de suas estratégias a fim de ampliar a discussão sobre esta temática. Podemos afirmar que este é o intuito da organização, mas resta-nos indagarmos se isso, de fato, ocorre.

A metodologia escolhida para esta pesquisa é a análise de conteúdo, segundo os pressupostos de Bardin (1977). A técnica utilizada foi a análise categorial, que é composta por rubricas que representam unidades de sentido em que o texto pode ser classificado. O *corpus* de pesquisa foi formado pelas notícias veiculadas, de janeiro a abril de 2011, nos três jornais de maior circulação no ano de 2010, no Brasil, e no site do *Greenpeace*. Os jornais são Super Notícia (MG), Folha de São Paulo (SP) e O Globo (RJ), conforme pesquisa realizada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) e divulgados pela Agência Nacional de Jornais (ANJ)⁴. Pela facilidade de acesso, preferimos procurar estas matérias através da internet.

⁴ Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil> Acesso em 18 de abril de 2011.

Além da busca pelas notícias nos jornais, escolhemos também procurar as notícias no *site* do *Greenpeace*, embora seja um veículo bastante diferente dos demais. Enquanto os jornais pertencem a empresas privadas e possuem características editoriais moldadas conforme o mercado consumidor, o *site* da organização tem um viés institucional, ao dar espaço de visibilidade aos seus escopos de trabalho, bem como às suas ações. De qualquer forma, entendemos que essa escolha é pertinente, já que, de acordo com Lycarião (2010), é no *site* do *Greenpeace* que está a discutibilidade. Segundo o autor, o *site* permite maior acessibilidade e dimensão crítico-argumentativa. Assim, queremos entender como esta dimensão, além da visibilidade, estão compreendidas em todos os meios escolhidos para a formação do *corpus* desta pesquisa. Este *corpus* de pesquisa pretende, a partir da metodologia, bem como do referencial teórico, entender como as estratégias ativistas do *Greenpeace* colaboram na ampliação do debate sobre o meio ambiente na esfera pública.

Ao final desta pesquisa, discutimos de que forma as ações ativistas realizadas pelo *Greenpeace*, ao serem veiculadas nos meios de comunicação, ampliam e sustentam o debate sobre meio ambiente na esfera pública. As duas categorias necessárias para a formação da esfera pública, segundo Habermas (2003, 2003b), discutibilidade e visibilidade servirão para inferirmos se, de fato, a formação da esfera pública é uma realidade desempenhada pelos movimentos sociais.

As categorias foram construídas após leituras e releituras de todo o conjunto de documentos selecionados para análise e são únicas para o *site* e para os três jornais analisados a fim de permitir a comparação entre eles. As categorias iniciais contêm inferências que conduzem a interpretações primeiras. As categorias intermediárias surgem após um segundo nível de interpretação. As categorias finais aglutinam as significações e as ideias das categorias intermediárias (FOSSÁ, 2003). Assim sendo, tomando-se como base a metodologia de análise de conteúdo, em continuidade, segue a construção das categorias de análise.

| Categorias iniciais | Categorias intermediárias | Categoria final |
|---|----------------------------------|--------------------------------|
| 1. Escopo de trabalho | 1. Visibilidade | 1. Ampliação da esfera pública |
| 2. Coletivização das ações ativistas | | |
| 3. Consequências das ações ativistas | | |
| 4. Oposição do movimento | | |
| 5. Imaginário do movimento | | |
| 6. Ação histórica do movimento | | |
| 7. Dimensão estética do movimento ou fatores de publicização | | |
| 8. Dimensão ética do movimento ou fatores litúrgicos | | |
| 9. Dimensão técnica do movimento | | |
| 10. Vozes autorizadas do <i>Greenpeace</i> ou informação institucionalizada | 2. Discutibilidade | |
| 11. Vozes de outras pessoas e/ou instituições envolvidas com a ação | | |
| 12. Opiniões de terceiros | | |

Quadro 1: O processo de derivação das categorias

Fonte: Elaborado pela autora a partir do referencial teórico e dos documentos analisados

A inferência produzida pelas doze (12) categorias iniciais e os seus significados emergentes foram agrupadas em duas (2) categorias intermediárias, que proveem de um processo de derivação baseado na inferência de relações entre significados e julgamentos contidos nas alusões, nas afirmações, nas negações e nos ocultamentos decifrados (FOSSÁ, 2003). A partir das doze categorias iniciais foram levantadas novas categorias, as quais possuem um caráter mais abrangente que as iniciais. No quadro 2, podemos observar a categoria visibilidade. No quadro 3, a discutibilidade.

A categoria intermediária: visibilidade

| Categoria Inicial | Ideia Principal | Categoria Intermediária |
|--|---|--------------------------------|
| 1. Escopo de trabalho | Temáticas de atuação do <i>Greenpeace</i> no Brasil | 1. Visibilidade |
| 2. Coletivização das ações ativistas | Amplitude das ações desenvolvidas pelo movimento | |
| 3. Consequências das ações ativistas | As implicações decorrentes das ações desenvolvidas pelo movimento | |
| 4. Oposição do movimento | Os opositores combatidos pelo <i>Greenpeace</i> | |
| 5. Imaginário do movimento | Os objetivos almejados pelo <i>Greenpeace</i> | |
| 6. Ação histórica do movimento | Campo de atuação histórica do <i>Greenpeace</i> | |
| 7. Dimensão estética do movimento ou fatores de publicização | Elementos estéticos de identificação do movimento | |
| 8. Dimensão ética do movimento ou fatores litúrgicos | Valores que norteiam a organização | |
| 9. Dimensão técnica do movimento | Modo de ação do <i>Greenpeace</i> | |

Quadro 2: O processo de derivação da categoria intermediária “visibilidade”

Fonte: Elaborado pela autora a partir do referencial teórico e dos documentos analisados

A categoria intermediária “Visibilidade” foi formada pelas categorias iniciais denominadas escopo de trabalho, coletivização das ações ativistas, consequências das ações ativistas, oposição do movimento, imaginário do movimento, ação histórica do movimento, dimensão estética do movimento ou fatores de publicização, dimensão ética do movimento ou fatores litúrgicos e dimensão técnica do movimento.

Esta categoria, intermediária, justifica-se pelo fato de entendermos que as características sobre as ações desenvolvidas pelo *Greenpeace* dispostas nas matérias dão bases para a visibilidade sobre os seus cinco escopos de trabalho, ou seja, as características relativas à organização, quando veiculadas pelos

meios de comunicação, possibilitam a divulgação de suas ações, de seus objetivos e de sua causa de forma geral, alertar para os riscos ambientais.

Habermas (2003, 2003b) não escondeu a sua preferência pela discutibilidade em detrimento da visibilidade para a formação da esfera pública. Mas Gomes (2008c) discorda do autor, ao afirmar que a visibilidade também é importante neste processo e que ela oferece condições para que se dê a discutibilidade.

Os atores sociais buscam sair da invisibilidade para, dessa forma, pautar seus interesses. Os meios de comunicação possuem um papel fundamental neste contexto, já que, segundo Paiva (2005), eles têm posição central no que diz respeito à visibilidade. Thompson (1998) corrobora esta afirmação ao reiterar que os meios de comunicação são os mediadores sociais. Desse modo, são os meios de comunicação que possibilitam que todos os atores, inclusive os movimentos sociais, deem notoriedade às suas pautas.

Assim, entendemos que os meios de comunicação fornecem informações para que os indivíduos consigam posicionar-se em relação à agenda pública. Acreditamos que a afirmação de Gomes (2008c) faz-se correta ao ponderar que não há discutibilidade sem a visibilidade das pautas sociais. Entendemos que não existe a formação da esfera pública sem que haja a discutibilidade e a visibilidade, mas inferimos que esta torna-se essencial para que o debate, fundado em críticas construtivas, efetive-se na sociedade civil, formando a opinião pública.

Para os movimentos sociais, as ações espetaculares são uma das formas que eles podem utilizar para chamar a atenção da mídia, bem como do público em geral. A teatralização de suas ações transforma meras ações em espetáculos que dão visibilidade a seus objetivos. A forma de agir dos movimentos traduz-se na repercussão de suas ações, bem como no posicionamento do público em relação as suas reivindicações. Embora, Habermas pensasse o contrário, acreditamos que os meios de comunicação, que noticiam as ações desenvolvidas pelo *Greenpeace*, fornecem subsídios para que os indivíduos debatam sobre as temáticas sociais.

Os meios de comunicação, com a ajuda da internet, que ampliou a rede de informações, fornecem embasamento critico-racional para que eles se envolvam nestas questões. Não podemos deixar de dizer que o indivíduo é responsável por sua construção argumentativa, já que deve buscar pilares que lhe forneçam conhecimento para que ele esteja apto a debater. Já que entendemos, aqui, a visibilidade não somente no sentido de estar visível, mas de se tornar público e acessível à sociedade. A oferta de informações sobre o *Greenpeace* possibilita que a organização esteja visível e, de certa forma, legitime suas ações, ao passo que informa a população.

A categoria intermediária: Discutibilidade

| Categoria Inicial | Ideia Principal | Categoria Intermediária |
|---|--|--------------------------------|
| 10. Vozes autorizadas do <i>Greenpeace</i> ou informação institucionalizada | Declarações institucionalizadas do movimento nas matérias veiculadas | 2. Discutibilidade |
| 11. Vozes de outras pessoas e/ou instituições envolvidas com a ação | Declarações de outros personagens ou organizações envolvidos nas ações realizadas pelo <i>Greenpeace</i> | |
| 12. Opiniões de terceiros | Julgamentos de pessoas que não estão envolvidas diretamente com o acontecimento, mas que formam suas opiniões a respeito | |

Quadro 3: O processo de derivação da categoria intermediária “discutibilidade”

Fonte: Elaborado pela autora a partir do referencial teórico e dos documentos analisados

As vozes autorizadas do *Greenpeace* ou informação institucionalizada, bem como as vozes de outras pessoas e/ou instituições envolvidas com a ação e as opiniões de terceiros presentes nas notícias compõem esta categoria que busca entender como estas “falas” promovem a discutibilidade da ação realizada. Os debates fundamentados efetivam-se, no instante, em que há informação qualificada para tal. Dessa forma, se as matérias dão subsídios informativos para a formação de opinião dos sujeitos, haverá a discutibilidade das pautas. Da mesma forma, que a oferta de informação sustenta uma base argumentativa em relação aos fatos, a diversidade de vozes dentro da

construção da notícia possibilita que os indivíduos tenham mais clareza sobre as instituições e/ou pessoas envolvidas com o acontecimento. Dessa forma, o seu entendimento pode se dar de maneira mais fundamentada. Isso vai refletir na formação de seus argumentos na defesa de um em detrimento de outro.

A discutibilidade é uma categoria, para Habermas (2003, 2003b), inerente à esfera pública, bem como para a formação da opinião pública. Para ele, esta característica da esfera pública é a mais importante, já que a discussão sobre as temáticas sociais embasa as deliberações públicas e, dessa forma, concretiza, de fato, a formação desta esfera.

Para o autor, a esfera pública, entendida, primeiramente, como ambiente físico de discussão, efetiva-se no momento em que os debates acontecem em uma arena pública. A discussão, munida de argumentos, entre os indivíduos é a característica principal e mais importante nas decisões de relevância social. Habermas (2003b) acredita que a discutibilidade é uma característica proveniente da esfera íntima familiar e fomentada pelo cunho crítico da imprensa artesanal. Essa imprensa que, mais tarde, foi transformada pelo viés da Indústria Cultural, subsidiava as deliberações.

Segundo Gomes (2008b), a escolha de Habermas sempre pesou para a categoria da discutibilidade, já que a esfera pública concretizava-se na discussão em cafés, por exemplo. Por isso, Habermas (2003b) atenta para a importância dos cafés no contexto proposto por ele. As discussões públicas ocorriam, principalmente, nestes locais. Mas, hoje, o panorama em que Habermas (2003b) conceituou a esfera pública não se aplica, pois as discussões não ocorrem somente em espaços físicos, ou seja, elas ampliam-se em ambientes virtuais, principalmente pela influência da internet. As pessoas utilizam as linhas, teoricamente, mais flexíveis da internet para expor os seus pensamentos, o que ocorre, em especial, nas redes sociais.

A construção da notícia e a utilização de fontes nessa construção permitem que os indivíduos formem suas próprias opiniões a respeito do movimento. Verificamos que, de uma forma geral, os jornais veiculam matérias neutras em relação às ações realizadas pela organização. Já o *site* do

Greenpeace, além de informar sobre as suas ações, legitima os seus objetivos, bem como as suas formas de ação e os motivos que as desencadearam. No *site* institucional da organização, podemos notar que há espaços destinados a comentários. De forma intencional, a organização suscita o debate entre indivíduos interessados nas questões ambientais.

Podemos notar que, tanto os jornais, quanto o *site* do *Greenpeace*, são utilizadas diversas vozes para a construção da matéria. Esta pluralidade argumentativa pode ser percebida nos comentários feitos posteriormente. Nestes espaços, os indivíduos podem se posicionar contra ou a favor da organização a partir do que está exposto nas matérias.

A categoria final: ampliação da esfera pública

A inferência produzida pelas duas (2) categorias intermediárias e os seus significados emergentes foram agrupados em uma (1) categoria final denominada Ampliação da Esfera Pública, conforme descrito abaixo, no quadro 4.

| Categoria Intermediária | Ideia Principal | Categoria Final |
|--------------------------------|--|--------------------------------|
| 1. Visibilidade | Oferta de informações sobre o <i>Greenpeace</i> | 1. Ampliação da esfera pública |
| 2. Discutibilidade | Vozes e posicionamentos em relação as ações desenvolvidas pelo movimento | |

Quadro 4: O processo de derivação da categoria final “ampliação da esfera pública”
Fonte: Elaborado pela autora a partir do referencial teórico e dos documentos analisados

A categoria final, ampliação da esfera pública, derivou-se das duas intermediárias, visibilidade e discutibilidade. Esta categoria serve para que haja a discussão a respeito do objetivo proposto neste trabalho: analisar como as estratégias ativistas do *Greenpeace* colaboram na ampliação e na sustentação do debate na esfera pública sobre o meio ambiente. Habermas (2003, 2003b) considera que a esfera pública efetiva-se no momento em que há visibilidade dos assuntos e que haja discutibilidade sobre os mesmos. Embora o autor afirme que a discutibilidade é mais relevante na formação da esfera pública, buscamos entender de que forma estas duas categorias têm importância na

formação, na ampliação e na sustentação desta esfera mobilizada pelos movimentos sociais.

A esfera pública, conceituada por Habermas (2003b), sofreu alterações, ao longo do tempo, em seu conceito, já que o contexto sociocultural modificou-se neste período. Anteriormente, era entendida como espaço físico de debate privilegiado a algumas vozes habilitadas a expor os assuntos relevantes a toda população. Hoje, é concebida como um não-lugar, multifacetado e difuso, que pode ser interceptado por diversos atores, inclusive os movimentos sociais, desconsiderados pelo autor em um primeiro momento.

Embora pormenorizados anteriormente por Habermas (2003b), os meios de comunicação possuem um papel fundamental nesse cenário. Eles foram capazes de modificar a estrutura e o conceito do que se entendia por esfera pública. Dentre eles, a internet destaca-se, conforme Lemos e Lévy (2010), pois transformou o espaço público, fazendo-o, agora, com características desterritorializadas, assimétricas, fragmentadas e plurais.

A formação da esfera pública é significativa para o entendimento da opinião pública, bem como do modelo democrático deliberativo. Assim, para que a esfera pública realize-se efetivamente é necessário que haja visibilidade e discutibilidade dos assuntos relevantes à sociedade (HABERMAS, 2003b). Para Habermas (2003b), a visibilidade dos assuntos dava-se por meio da imprensa da época que, de forma crítica, veiculava as temáticas sociais. Embora o autor, mais tarde, tenha atribuído o enfraquecimento da esfera pública aos próprios meios de comunicação, compreendidos como produtos aclamativos da Indústria Cultural, ele reconheceu o seu papel de agente formador da opinião pública.

Além da visibilidade, a discutibilidade também caracteriza-se como uma premissa fundamental na formação da esfera pública. Para Habermas (2003b), a discutibilidade dava-se, primeiramente, na esfera íntima da família burguesa. Mais tarde, os cafés, os salões, as associações, entre outros espaços, assumiram o lugar de debates críticos e racionais que faziam circular, entre as pessoas com direito de participação desta esfera, os assuntos de interesse público. Para o autor, a discutibilidade configura-se, impreterivelmente, como a premissa mais

importante da esfera pública, já que é a partir dos debates que a deliberação efetiva-se.

Thompson (1998) vai de encontro à ideia da Habermas (2003b) ao asseverar que, embora os meios de comunicação de massa produzam um conteúdo único, disponibilizam-no a um número maior de pessoas que pode ser informado a respeito dos assuntos sociais. Da mesma forma, ele argumenta que a comunicação de massa é estruturante na formação da vida social moderna através de uma nova mediação e da fragmentação do espaço físico. Segundo Thompson (1998), os meios de comunicação de massa transformaram o espaço de visibilidade, ampliando-o.

Além de Thompson (1998), Rodrigues (1990) concorda com esta ideia e percebe a comunicação como um processo social estratégico a partir do seu discurso. Ele afirma que deve haver o entendimento da comunicação além dos seus processos técnicos e funcionais, ou seja, ela deve ser compreendida como um agente estratégico no contexto social.

Uma das críticas que Thompson (1998) faz à obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de Jürgen Habermas (2003b), é em relação ao não reconhecimento dos movimentos sociais como agentes da esfera pública, haja vista que os movimentos sociais não tinham acesso à arena de discussão proposta por esta esfera.

Entendemos que os movimentos sociais têm o empoderamento de colocar em pauta os assuntos de relevância social para que, dessa forma, sejam discutidos entre os indivíduos de uma forma geral. Ademais, hoje, os movimentos sociais têm uma função emancipadora e de defesa dos direitos dos indivíduos. Eles possuem muito mais do que uma função social, ainda desempenham uma função política. Segundo Habermas (2003), no modelo de circulação de poder político existem anéis porosos que se interceptam, sendo que o poder de decisão vem do centro. Mas a periferia, embora não tenha poder para decidir, tem maior propriedade para falar sobre a realidade na qual está inserida e, desse modo, influenciar este anel central. A verdade é que os

movimentos sociais, com sua função política, são capazes de alargar a esfera pública, como espaço de debate de assuntos de interesse coletivo.

Também podemos entender que, por meio da visibilidade de suas práticas e discursos, os movimentos sociais, dentre eles, o *Greenpeace*, perpassam os anéis porosos do modelo indicado por Habermas (2003). O *Greenpeace*, como uma instituição, encontra-se no anel mais periférico do modelo e por conhecer mais a realidade na qual está inserida e defende, o meio ambiente, é um ator social legitimado para “falar” a respeito. Assim entendido, podemos considerar que ele tem empoderamento para influenciar os anéis restantes, o intermediário e o central, na tomada de decisão. Talvez as ações de mobilização realizadas pelo *Greenpeace* não tenham real poder no âmbito decisório, mas, de qualquer forma, pautam temas importantes, lhes dão visibilidade e possibilidade de discutibilidade. Isso ocorre porque, conforme Toro e Werneck (2004), os movimentos podem atuar como produtores sociais, ou seja, atores legitimados que dão subsídios para que o processo de mobilização se desenvolva.

Além de exercer os seus direitos de cidadania e democracia, os cidadãos que participam dos movimentos sociais contribuem para que estas organizações criem espaços plurais de discussão (ALVAREZ *et al*, 2000 *apud* QUEVEDO, 2007) por meio de suas ações que buscam minimizar os problema sociais. Os movimentos, como representantes das minorias, segundo Sodré (2005), também buscam o reconhecimento do Estado para influenciar o centro decisório de poder, o que faz com que a mídia tenha um papel central neste processo (PAIVA, 2005). As minorias, em sua condição de representantes da luta contra-hegemônica, buscam o seu reconhecimento pelo Estado. Desse modo, representam qualitativamente influência para chamar a atenção dos centros de poder por meio da visibilidade de suas ações.

A mobilização social é um processo fundamental à existência dos movimentos. Assim, podem mobilizar um maior número de indivíduos para atuarem nas ações desenvolvidas por eles. O ativismo, além de vir ao encontro da mobilização, caracteriza-se como uma forma de dar visibilidade aos

movimentos sociais através das ações realizadas (HENRIQUES, 2007). Além das ações em ambientes físicos, os movimentos sociais encontram, na internet, uma forma de realizar atos em prol de seus objetivos, o que configura o ciberativismo.

A internet também é significativa, neste cenário, porque institucionaliza os discursos destes atores sociais ao tangenciar os filtros das mídias tradicionais. Os meios de comunicação de massa podem não pautar os assuntos debatidos pelos movimentos sociais ou mesmo distorcê-los. Dessa forma, a internet pode ser transformada em um ambiente institucionalizado que dá lugar à voz dos movimentos.

Assim sendo, os movimentos sociais têm grande relevância social porque trazem as temáticas sociais à tona para serem pautadas pelos meios de comunicação. Dessa forma, conduzem as discussões sociais, enquanto buscam atingir os centros decisórios de poder. Ademais, acreditamos também que os meios de comunicação de massa são agentes importantes na mediação social, pois além de oferecer informações à sociedade, dão visibilidade ampliada às discussões propostas por diversos atores, assim como os movimentos sociais.

Consideramos, pois, que as ações realizadas pelos movimentos sociais e pautadas pelos meios de comunicação dão a discutibilidade e a visibilidade necessária na ampliação da esfera pública à medida que influenciam os centros decisórios de poder político. Embora os meios de comunicação possuam alguns filtros de ordem ideológica, mercadológica, entre outras, concordamos com Paiva (2005) que os avalia como mediadores que dão visibilidade aos assuntos que compõem a agenda pública. Desse modo, os movimentos sociais buscam os meios massivos e as redes sociais para sair da invisibilidade e legitimarem suas pautas.

De forma geral, constatamos que o *Greenpeace*, tanto em seu *site* institucional, como nos espaços midiáticos garantidos através de suas ações, consegue dar visibilidade aos seus objetivos, assim como dão suporte para que haja a discutibilidade sobre estes assuntos. Assim, inferimos que, os movimentos sociais, conseguem sustentar a formação da esfera pública, uma

vez que a sua ampliação é garantida pelos meios de comunicação que, principalmente, através da internet, conseguem desterritorializar a informação para que os indivíduos, pela “linkagem”, por exemplo, consigam obter mais informações para debater sobre os assuntos relevantes à sociedade civil.

Considerações finais

Este trabalho propôs-se a percorrer caminhos teóricos e metodológicos para responder o seguinte objetivo ao término deste trabalho: analisar como as estratégias ativistas do *Greenpeace* colaboram na ampliação e na sustentação do debate na esfera pública sobre o meio ambiente.

Em face destes entendimentos, percebemos que as estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais, principalmente pelo *Greenpeace*, no que tange à responsabilidade ambiental, promovem a visibilidade de suas ações para, dessa forma, fomentar a discussão sobre o assunto, determinando que haja a sustentação da esfera pública através de argumentos que embasam a discussão sobre a temática ambiental.

Já os meios de comunicação ampliam a esfera pública, principalmente o que diz respeito às vantagens da internet. Ela, juntamente com os meios de comunicação, propicia que os indivíduos permeiem informações disponíveis pelas redes da informação e, com isso, estejam aptos a debater. Há um avanço com a utilização da internet, já que ela permite uma riqueza maior de informações que depende invariavelmente do grau de envolvimento do indivíduo com a notícia. A internet, com os recursos das redes sociais e dos *links*, por exemplo, faz com que os indivíduos colham elementos em suas redes flexíveis e complementem as informações obtidas nos meios de comunicação para formarem a sua opinião.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 27-39

- DOWNING, John D. H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.
- FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. *A cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias: uma definição teórica e operacional*. 2003. 296fl. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 13-32
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas. In: GOMES Wilson e MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo, Paulus, 2008. p. 31-68
- _____. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas. In: GOMES Wilson e MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo, Paulus, 2008b. p. 69-115
- _____. Da discussão à visibilidade. In: GOMES Wilson e MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo, Paulus, 2008c, p. 117-162
- GREENPEACE. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil>>. Acesso em 20 de junho de 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.
- HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH Luiz Waldemar (orgs). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007. p. 92-104
- LEMONS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LYCARIÃO. Diógenes. *Greenpeace, Espetáculo E Internet: o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a sustentação de debates na esfera pública*. 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- MORAES, Dênis de. A cibermilitância: movimentos sociais na Internet. In: MORAES, Dênis de. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 125-148

-
- PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 15-26
- QUEVEDO, Júlio. A perspectiva de comunicação na América Latina a partir de seus movimentos sociais como possibilidade de percepção da integração. In: QUEVEDO, Júlio. IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. (orgs.). *Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempo de globalização*. Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p. 26-48
- RODRIGUES, Adriano. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Editorial Presença: Lisboa, 1990.
- SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p.11-14
- THOMPSON, John B. *A mídia a modernidade: uma teoria social da mídia*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TORO, Jose Bernardo A.; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.